

Projeto de Lei nº 2305, de 2020

Iniciativa: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)

Ementa:

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre a gratuidade do acesso à internet pelos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Explicação da Ementa:

Permite a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para financiar políticas públicas para promoção da inclusão digital, massificar o acesso aos serviços de interesse coletivo prestados em regime privado e subsidiar o acesso à internet para beneficiários do Programa Bolsa Família, cabendo aos provedores de conexão a oferta de planos gratuitos de internet para os beneficiários desse Programa.

Assunto: Infraestrutura - Comunicações

Data de Leitura: 29/04/2020

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: 16/01/2023 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 21/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

TRAMITAÇÃO

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

29/04/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.

Publicado no DSF Páginas 305-309 - DSF nº 41

29/04/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº1, em 29/04/2020.

DOCUMENTOS

PL 2305/2020

Data: 29/04/2020

Autor: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre a gratuidade do acesso à internet pelos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Correspondência Eletrônica

Data: 29/04/2020

Autor: Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.

Descrição/Ementa: -

Avulso inicial da matéria

Data: 29/04/2020

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação no DSF de 07/05/2020.

Descrição/Ementa: -